

A CONVENIÊNCIA DE UM ASILO DE ÓRFÃOS NA CIDADE DE SANTOS

Marina Tucunduva Bittencourt Porto Vieira

Mestre em Educação pela Universidade Católica de Santos (UNISANTOS).

Doutoranda em Educação pela Universidade de São Paulo (USP).

E-mail: marinaportovieira@yahoo.com.br

RESUMO

Este artigo questiona a criação e manutenção de um asilo para acolher crianças desvalidas na cidade de Santos. Diante das inúmeras transformações trazidas pela crescente expansão do movimento portuário em vista da exportação do café e da imigração em massa, a cidade caótica, despreparada, foi assolada por grave epidemia de febre amarela, em março de 1889. A iniciativa de um juiz de órfãos veio trazer benefícios às elites, ao comércio, aos órgãos públicos e, mesmo, àqueles abandonados pela sorte. As vantagens auferidas pelos vários segmentos serão analisadas no texto.

Palavras-chave: Infância desvalida; Asilo de órfãos; Cidade de Santos.

THE CONVENIENCE OF AN ORPHANAGE IN THE CITY OF SANTOS

ABSTRACT

This article questions the creation and maintenance of a Shelter for needy children in the city of Santos. In the face of countless changes brought about by the growing expansion of the port's traffic due to the coffee export and mass immigration, the chaotic unprepared city, was swept across by a severe epidemic of yellow fever in March 1889. The initiative of a Judge of Orphans brought benefits to the elite, to the commerce, to public organs and even to those forsaken by fate. The advantages obtained by various segments are going to be analyzes in the text.

Keywords: Needy childhood; Shelter for orphans; City of Santos.

A CONVENIÊNCIA DE UM ASILO DE ÓRFÃOS NA CIDADE DE SANTOS

Marina Tucunduva Bittencourt Porto Vieira

Julio Ribeiro¹ nos traz um panorama geral de Santos em seu romance “A Carne”² escrito em 1888. O autor morou em Santos no final do século XIX, onde faleceu em 1890. O que escreve a respeito da cidade provavelmente é fruto de sua experiência. No controvertido romance, um dos personagens vem a Santos comercializar café e escreve para a amada uma carta com data de janeiro de 1889, contando coisas da cidade, entre elas que

Pelas ruas vai e vem, encontra-se, esbarra-se um enxame de gente de todas as classes e de todas as cores, conduzindo notas de consignação, contas comerciais, cheques bancários, maços de cédulas do tesouro, latinhas chatas com amostras de mercadorias. Enormes carroções articulados, de quatro rodas, tirados por muares possantes, transportam da estação do caminho de ferro para os armazéns, e deles para as pontes, para o embarcadouro, os sacos de loura aniagem, empanturrados, regurgitando de café. Homens de força bruta, portugueses em sua maioria, baldeiam-nos para bordo, sobre a cabeça, de um a um, ou mesmo dois, em passo acelerado, ao som, por vezes, de uma cantiga ritmada, monótona, excitativa de movimento como um toque de corneta. Nos armazéns, vastos cimentados, manobrando pás polidas, gastas pelo uso, batem o café, fazem pilhas, cantando também.

Pois foi esse *enxame de gente de todas as classes e de todas as cores* que enfrentou em 1889 uma grande epidemia de febre amarela que dizimou cerca de 10% da população, segundo artigo escrito por Vicente de Carvalho³ e publicado na primeira página do jornal *A Província de São Paulo*, de 8 de abril desse ano:

É pavoroso o estado sanitário de Santos.

A febre amarela, o terrível *typho icteróide*, ganha proporções assustadoras; outras febres secundam a epidemia em sua obra de destruição.

Calcula-se em 1.400, dez por cento da população, o número de pessoas atualmente enfermas na cidade.

Esse cálculo consta de um documento oficial. (...) As classes preferidas do terrível mal são exatamente as classes desprovidas de recursos; é principalmente nos casebres sem ar e sem sol, onde se aglomeram dezenas de indivíduos próximos da miséria, que a epidemia vai fazer sua colheita de vidas (...).

¹ Julio César Vaughan Ribeiro foi jornalista, filólogo, professor, romancista. Nasceu em Sabará (MG) em 16 de abril de 1845 e faleceu em Santos (SP) no dia 1º de novembro de 1890.

² Disponível no site www.dominiopublico.gov.br. Acesso em 05/05/2009.

³ Vicente de Carvalho foi advogado, jornalista, político, poeta. Nasceu em Santos no dia 5 de abril de 1866 e faleceu nessa mesma cidade no dia 22 de abril de 1924.

As epidemias eram comuns na cidade, mas as grandes transformações que ela sofreu acentuaram sua insalubridade. Transformações são constantes na vida das cidades, mas, por não disporem de condições de assimilá-las, existem períodos em que determinados fatos causam maior impacto. Foi o que aconteceu em Santos:

As ruas estreitas, o porto desarranjado, o trânsito de centenas de carroças carregadas de café e as epidemias marcavam o espaço urbano santista. Velhos problemas viam-se ampliados com o crescimento desordenado e o movimento agitado do porto, gerando o agravamento das condições ambientais, insuficiência de água e de esgotos, precária vigilância sobre os navios infectados, fazendo com que a cidade fosse constantemente assolada por violentos surtos de epidemias, como a cólera, febre amarela, varíola, impaludismo, e peste bubônica, atingindo principalmente a população pobre e imigrante. (MATOS, 2004, p. 11)

Até certa época, as mercadorias a serem escoadas através de seu porto eram trazidas por muare que desciam a serra que separa o litoral do planalto. As tropas provinham do interior da província e o momento de sua chegada, assim como o da chegada de navios, podia ser detectado de um observatório que foi construído em um morro local, o Monte Serrat.

Thompson (2008) relata as mudanças sofridas pela Inglaterra com a chegada do processo de industrialização e a forma como se deu a separação entre o tempo do lazer e do trabalho. No caso de Santos, encontramos semelhanças. Até certa época, as chegadas das tropas e dos navios determinavam o ritmo da cidade. A marcação do tempo era orientada pelas tarefas. Quando era época da safra, o ritmo se acelerava, mas o momento certo da chegada era imprevisível, pois o dia e hora da saída e o tempo gasto na viagem eram desconhecidos por quem iria receber a mercadoria. As atividades cotidianas eram interrompidas e depois retomadas, e estas poderiam ser as domésticas, as de convivência social ou até mesmo de outro trabalho, como a pesca. Havia pouca separação entre “o trabalho” e “a vida”.

A inauguração de uma ferrovia, em 1867, a São Paulo Railway, de capital inglês, ligando Santos a Jundiaí,⁴ alterou esse ritmo pontual. A partir de então, a chegada de mercadorias passou a obedecer o ritmo do relógio e houve um aumento na quantidade de carga. O ritmo precisou ser acelerado para que a produção se escoasse. *O pequeno instrumento [relógio] que regulava os novos ritmos da vida industrial era ao mesmo tempo uma das mais urgentes dentre as novas necessidades que o capitalismo industrial exigia para impulsionar o seu avanço.* (THOMPSON, 2008, p.279). Em 1870 foi criado um *Código de Posturas* na cidade, provavelmente em função do desejo de estabelecer novas regras de convivência, considerando as mudanças culturais desejáveis.

⁴ As tropas providas de várias regiões do interior costumavam se reunir nesta cidade, de onde saíam em direção ao litoral santista.

A inauguração, em 1872, da Companhia Paulista de Estradas de Ferro, ligando Jundiaí a Campinas, contribuiu para o aumento, novamente, do ritmo. Em 1880, a estrada já servia, entre outras, às cidades de Limeira, Rio Claro, Pirassununga, São Carlos, Araraquara. Em 1875, outra Companhia, a Mogiana de Estradas de Ferro, começou a expansão para outras regiões da Província, inaugurando um primeiro trecho ligando Campinas a Mogi - Mirim. Em 1888, o transporte ferroviário por essa companhia já servia a cidade de Ribeirão Preto e havia chegado à divisa de Minas Gerais.

Com o aumento da quantidade de café a ser exportado, também veio o aumento na quantidade de navios. Empresas exportadoras, companhias de navegação, bancos e consulados alteraram o perfil da cidade. A circulação de pessoas trazidas pelos trens, assim como daquelas vindas nos navios, aumentou consideravelmente. *O comércio e a exportação do café passaram a ser centralizados em Santos, em detrimento de outros portos, desencadeando um intenso processo de urbanização e expansão acelerada e contínua da cidade.* (MATOS, 2004, p.10)

Em 1870, a cidade já era uma praça cafeeira importante. Neste ano, em 22 de dezembro, foi fundada a Associação Comercial de Santos, instituição que teve grande força política na cidade e obteve conquistas importantes para ela junto a esferas superiores.

Desde a década de 1870, os mais importantes empresários de Santos vinham mantendo a Associação Comercial, uma instituição-chave no tecido social da cidade. Exportadores, diretores de grandes Companhias, como a Docas e a São Paulo Railway Co., homens de negócios locais e donos de imobiliárias agruparam-se na Associação. Esta elite multinacional encontrava-se, durante as horas de lazer, no Clube XV, fundado em 1869, na chácara dos Martins. Além de negócios e atividades de lazer, esta elite estava envolvida em obras beneficentes e culturais. (GITAHY, 1992, p. 44)

Com o progresso econômico, imigrantes estrangeiros e nacionais, assim como negros libertos ou fugidos das fazendas, vieram em busca de trabalho. As companhias estrangeiras mandaram representantes para comandá-las. A população aumentou consideravelmente.

Com as leis que limitaram a escravidão, a circulação de pessoas foi aumentando consideravelmente, em função dos imigrantes estrangeiros que chegavam para ocupar o lugar dos escravos nas fazendas de café ou para trabalhar junto com eles. Em 1889, as ligações da estrada de ferro haviam sofrido um processo de expansão e atingiam cidades nas diversas regiões cafeeiras da província de São Paulo.

A cidade de Santos, entretanto, não possuía condições de expansão, pois seu terreno era em grande parte alagado. A planície era cortada por uma rede de drenagem superficial que, com as chuvas e o assoreamento, acabava formando brejos de água doce. O centro se adensou populacionalmente, pois as pessoas que vinham em busca de trabalho passaram a dividir

moradias com outras famílias, dando origem aos cortiços, bastante insalubres. Em 1889, a cidade possuía 15.600 habitantes e apenas duas mil casas. Em 1901, havia 45.000 habitantes alojados em cerca de 5.000 moradias. (ANDRADE, 1989, p.62)

Não havia infraestrutura para coleta do lixo, nem para a captação do esgoto. Os detritos eram lançados nos vários rios que cortavam a cidade ou no mar, causando o assoreamento. O clima úmido e quente, associado às regiões alagadas, favorecia a proliferação de mosquitos transmissores de doenças, especialmente no verão. As tentativas de prevenção de doenças eram infrutíferas, pois nessa época não se conheciam as formas de transmissão e de cura.

Desde meados do século XIX, várias epidemias estiveram presentes na vida da cidade, como de coqueluche e de varíola. Em 1844 houve a primeira epidemia de febre amarela. Outras doenças, como o impaludismo, o sarampo e a tuberculose, fizeram muitas vítimas.

Em função das epidemias, em 1855 o governo da província chegou a criar um cordão de isolamento na serra, para impedir que a doença chegasse ao planalto, isolando a cidade. Em 1889, foi suspensa a atracação de navios. As maiores vítimas das epidemias, na época, costumavam ser os tripulantes dos navios.

A peste bubônica, no final do século, foi causada pela proliferação dos ratos vindos nos navios e que aqui encontravam alimento farto, pois cocheiras próximas à cidade eram o ponto de descanso e de alimentação dos animais de tração usados para o transporte das mercadorias do trem para os armazéns e os pontos de embarque.

Apenas quando a epidemia se propagou para o interior, região das fazendas de café, conseguiu-se que o governo do Estado interviesse no saneamento básico. Como esta começou a afetar os negócios de café, no final do século começou a ser feito um trabalho de saneamento.

Negrão (2004, p. 67) transcreve em sua obra uma crônica, tirada do *O Diário de Campinas*, com data de 3 de abril de 1889, que descreve a situação de Campinas face à epidemia

A cidade, uma monotonia em seu abandono, entregue a devastação da peste e sitiada pela morte, adquiriu um aspecto lúgubre. As ruas despovoadas, os edifícios fechados, o commercio paralyzado, tudo contribui para o desânimo geral, tudo indica o estado de aniquilamento desta população laboriosa e activa. Aqui e ali crepitam, sob a espessa nuvem de fumaça negra, fogueiras de alcatrão. A cidade assemelha-se a uma enorme câmara mortuária (...).

A disseminação da epidemia causou êxodo geral na cidade de Campinas. A população urbana reduziu-se em menos da metade. O comércio, as escolas e outros estabelecimentos fecharam suas portas (NEGRÃO, 2004). Importante centro distribuidor do café, por ser cidade de

entroncamento ferroviário, a chegada da epidemia tornou possível a disseminação da doença a outras regiões paulistas.

Aliada à intervenção na infraestrutura urbana, uma campanha sanitária intensa foi efetuada na cidade de Santos, no sentido de estabelecer hábitos higiênicos. As medidas sanitárias tinham por objetivo implementar estratégias de controle higiênico das cidades e alterar radicalmente sua estrutura urbana e o modo de vida de seus habitantes. *Faziam parte do projeto burguês de modernidade e civilidade.* (SOARES, 1994, p. 120)

O responsável pelo planejamento de intervenção em Santos foi o engenheiro Saturnino de Brito

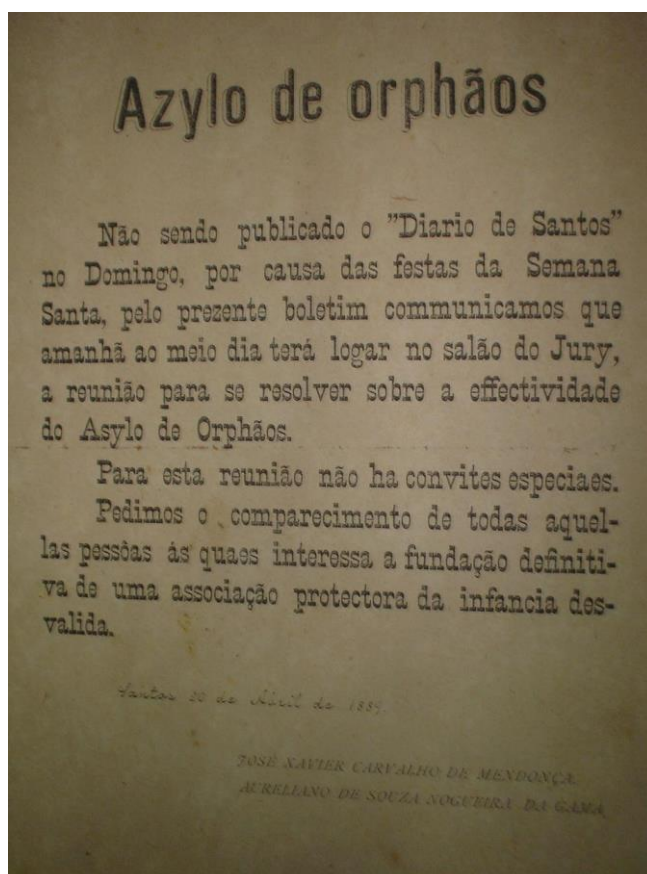
Nas suas obras é forte a crítica à desordenada cidade colonial que promovia a insalubridade e impedia sua expansão e é possível perceber concepções de alteração urbana presentes em outros autores europeus. (...) Saturnino de Brito, então pertencente ao grupo dos higienistas ligados ao positivismo mais ortodoxo, concebe a cidade não apenas como meio físico, mas também social e moral. (VEIGA, 2007, p. 402)

No dia 18 de março de 1889, seis irmãos, um deles paralítico, perderam o pai, empregado da alfândega, vitimado pela febre amarela. A mãe já havia falecido da doença. A família era do Rio Grande do Sul e há indícios de que não possuíam parentes na cidade. Como elas, outras crianças haviam perdido os pais, restando-lhes o abandono.

Na época, as famílias pobres moradoras da cidade iniciavam suas crianças na rotina do trabalho desde cedo. Vendiam jornais, entregavam mercadorias, eram engraxates, auxiliavam em lojas, armazéns. Estas não dispunham de uma família que lhes pudesse prover moradia, alimentação e mesmo orientá-las para o trabalho.

José Xavier Carvalho de Mendonça que, na ocasião, era juiz de órfãos, por sugestão do Conde D'Eu, que viera a Santos a pedido da família imperial, resolveu com Aureliano Coutinho Nogueira da Gama, então guarda-mor da alfândega, criar um abrigo para essas crianças. O Conde, como forma de incentivo para a fundação de um asilo, abriu subscrição em benefício dos órfãos desamparados. Um local foi escolhido para abrigá-los provisoriamente. Outras crianças, encontradas perambulando pela cidade, foram encaminhadas para esse abrigo provisório.

Figura 1 – Cartaz chamando para a reunião



Fonte: Acervo da Casa da Criança de Santos.

Mais de sessenta cavalheiros atenderam à convocação feita por Carvalho de Mendonça para uma reunião que tinha como propósito estudar a forma de gerir o asilo. Deliberaram e decidiram fundar a Associação Protetora da Infância Desvalida. Constituíram uma comissão para preparar os estatutos e se prontificaram a fazer parte dessa associação, para ela contribuindo financeiramente. Foram considerados sócios-instaladores.

Para a sessão oficial de instalação da Associação Protetora da Infância Desvalida, realizada solenemente, no dia 13 de maio, no teatro Guarany, foram distribuídos convites às autoridades, imprensa, corpo consular, sócios e suas esposas. Pela imprensa e por folhetos, foram chamados os demais habitantes da cidade. Sete discursos foram pronunciados e todos deram destaque à relevância do empreendimento. Carvalho de Mendonça aproveitou a oportunidade para apontar que se tratava de uma *iniciativa particular deste país, onde o Governo nada provê*.⁵

A Associação Protetora da Infância Desvalida se governava através de um conselho geral, composto por 15 membros, 13 deles eleitos anualmente pelos sócios. Os membros do conselho,

⁵ Discurso pronunciado na Sessão de Instalação.

por sua vez, elegiam cinco dentre eles para compor a diretoria. O primeiro presidente eleito foi Carvalho de Mendonça.

Os estatutos previam a inclusão de um representante do Juizado de Órfãos e outro da Câmara Municipal no conselho geral. Essa aliança deu a eles prioridade no atendimento dos pedidos de internação. Essa era, também, para a Associação Protetora da Infância Desvalida, uma forma de conseguir dinheiro para manter o asilo, tanto assim que, em meados de maio, foi enviado requerimento à Assembléia Legislativa Provincial solicitando auxílio, o mesmo ocorrendo com relação aos deputados gerais da província. Em junho, foi recebido donativo da Câmara dos Deputados. A municipalidade e, posteriormente, o Estado passaram a destinar verbas regulares para o orfanato, mas elas nunca foram fáceis e pontualmente liberadas.

A concepção de filantropia presente nas diferentes instituições de atendimento à infância é marcada pela idéia de que os recursos públicos é que devem sustentar as diferentes iniciativas particulares. O setor privado se alia a grupos dentro da administração pública com o objetivo de garantir verbas e privilégios. (BAZILIO, L., 2002, p.46)

Um segmento da cidade vinha enriquecendo graças ao café e vinha adotando práticas que visavam afirmar sua diferença com relação aos demais habitantes.

Chartier (1991) destaca que diferentes grupos que compõem uma sociedade têm representações diferentes acerca dos acontecimentos. Isso pode significar que na cidade de Santos nem toda a população possuía o mesmo entendimento acerca da epidemia e de suas decorrências. Para os fundadores e sócios da Associação Protetora da Infância Desvalida, a iniciativa de abrigar os órfãos possuía um sentido não necessariamente compartilhado por toda população santista.

Para este autor, as práticas dos grupos visam fazer reconhecer uma identidade social, mostrar uma maneira própria de ser no mundo, significar simbolicamente uma posição. Geertz (1989, p.8) destaca que a cultura é *composta de estruturas psicológicas por meio das quais os indivíduos ou grupos de indivíduos guiam seus comportamentos*. Essa nova burguesia que se enriquecia e que apoiou a iniciativa de Carvalho de Mendonça e de Nogueira da Gama se reconhecia “moderna”, “civilizada”, ao fazer essa opção.

A Associação Protetora da Infância Desvalida e o Asilo de Órfãos deram visibilidade social a este grupo, permitindo-lhe afirmar sua modernidade. A participação em festas e regatas e outros eventos públicos beneficentes, cuja renda revertia em favor do Asilo de Órfãos, asseguravam sua distinção social, enquanto possuidoras de hábitos “civilizados”. Tirar essas crianças das ruas estava dentro do que consideravam sinal de progresso.

A Associação recebeu em doação um palacete, nesse mesmo ano, para o qual, em julho, transferiu mais de 30 crianças, daquelas que haviam sido internadas até então, e que ainda permaneciam no asilo. Eram crianças com idades variadas, a menor com quatro meses de idade e os mais velhos com 11 anos. O regimento interno, aprovado na época, previa a distribuição das crianças em dois orfanatos, um masculino e outro feminino.

Nesse mesmo mês, a Associação Protetora da Infância Desvalida recebeu do mordomo do Palácio Imperial um ofício no qual comunicava que havia sido incumbido pelo Conde D'Eu de participar que este tomara conhecimento dos estatutos, do discurso pronunciado por Carvalho de Mendonça no dia da instalação oficial, do relatório apresentado à comunidade em 14 de maio e que tinha os melhores votos para a instituição e que desejava a transferência do asilo provisório para cômodo mais apropriado. Foi enviada correspondência a ele comunicando que as crianças já estavam instaladas no Palacete.

No dia 7 de setembro, às 9 horas da manhã, foi inaugurado oficialmente o Asilo de Órfãos. Conforme havia sido deliberado, com uma cerimônia *sem pompa alguma*, com a benção do estabelecimento. O médico da Associação, Ernesto de La-cerda, *examinara minuciosamente e ativamente os orfanatos emitindo importante parecer sobre a higiene e a colocação deles*. O prédio permaneceu aberto para visita pública nos dias 7 e 8.

Foi nessa ocasião que se abriu o primeiro livro de matrículas do Asilo de Órfãos. Para a maioria das crianças, a idade não aparece, ou aparece registrada como aproximadamente, pois foram recolhidas sem documentação. Das crianças matriculadas, 14 eram nascidas na Europa, 8 em Santos e 10 em outras cidades do Brasil.

Em fevereiro de 1890, nenhuma verba havia sido enviada pelos poderes públicos, apesar de também ter sido encaminhado um pedido ao governador de São Paulo, no mês anterior. A mudança de regime político talvez possa ter contribuído para isso. Necessitando reduzir gastos e também resolver os problemas que surgiram com funcionários, a direção do asilo foi entregue às religiosas da Congregação do Puríssimo Coração de Maria, responsáveis a partir de então pela educação e pela instrução. Na ocasião, decidiu-se pela anexação provisória dos dois orfanatos. Carvalho de Mendonça expôs à diretoria a decisão, considerando que sendo *quinze meninos, o mais velho com dez anos, podem perfeitamente ficar sob a direção das Irmãs*.

Nos meses iniciais de existência do asilo, as crianças chegavam encaminhadas por pessoas das relações dos diretores e eram todas acolhidas. Gradualmente, foi sendo criada uma sistemática de admissão que envolvia inicialmente um requerimento enviado por autoridades, como o juiz de órfãos, um cônsul, o delegado de polícia, o provedor da Santa Casa de Misericórdia ou o

intendente,⁶ pelos pais ou a rogo desses. Com o aumento da demanda, os pedidos de particulares passaram a passar por uma comissão de sindicância composta por membros do conselho geral da Associação Protetora da Infância Desvalida.

A criança poderia ser matriculada provisoriamente, quando as pessoas responsáveis por ela estavam hospitalizadas ou enquanto aguardava alguma resolução do juiz de órfãos ou de um consulado, ou definitivamente, nos casos em que residiria e estudaria no asilo até que os pais ou tutores assumissem sua guarda.

A questão da subsistência dos internos era resolvida pela mobilização das firmas comerciais e dos sócios contribuintes e de outras pessoas que, compungidas pela tragédia da epidemia, enviavam dinheiro e gêneros de primeira necessidade. Farmácias forneceram gratuitamente medicamentos às crianças doentes, uma padaria forneceu pão, biscoitos e bolachas por alguns meses, médicos prestaram atendimento gratuito. A maçonaria contribuiu por meio das lojas Grande Oriente do Brasil, do Rio de Janeiro, e Estrela do Oeste, de Ribeirão Preto.

O jornal *A Província de São Paulo* do dia 27 de julho de 1889, em artigo intitulado *Caridade Pública*, pede donativos para o Asilo de Órfãos de Santos e o Asilo de Órfãos de Campinas. O jornal justificava a publicação dizendo *A exemplo de alguns jornais europeus, abrimos hoje em nossas colunas espaço para a expansão da caridade pública que acode sempre a minorar os sofrimentos dos desfavorecidos da sorte (...)*. Comparando a publicação feita por este jornal com o que faziam os da Europa, fornecia aos leitores um exemplo de países considerados civilizados, modelo a ser copiado pelos brasileiros. O jornal se prontificava a receber as doações e encaminhá-las e indicava a finalidade dessas duas instituições:

(...) não se trata somente de assegurar a essas pobres crianças a subsistência material; o fim das beneméritas instituições é mais elevado – trata-se de fazer desses entes desprotegidos futuros cidadãos úteis à pátria e mães de família dignas desse nome sagrado, mães que compreendam os seus deveres de educadoras da infância a quem incumbe a difícil, mas consoladora tarefa de regenerar a sociedade pelo exemplo de constantes virtudes (...).

Por trás da ideia do asilamento existia a representação⁷ de ser “moderno”. A comparação com as práticas europeias e a ideia de regeneração da sociedade através da educação a ser ministrada às crianças desvalidas nos indicam como propósito o higienismo social. Internar para prevenir e regenerar o povo. A internação de meninas seria uma forma de controle da prostituição e de

⁶ Responsável pela administração municipal durante os primeiros anos após a proclamação da República. No caso de Santos, o período das intendenções durou de 1889 até 1907, quando, no final do ano, aconteceram as primeiras eleições para o executivo municipal. O último Intendente e também primeiro Prefeito eleito foi Carlos Augusto de Vasconcellos Tavares.

⁷ Na acepção de Roger Chartier.

capacitação da mulher para a maternidade desejada. A educação dos internos contribuiria para a formação de mão-de-obra civilizada, destinada a um novo modelo de trabalho.

A Associação Protetora da Infância Desvalida, no artigo primeiro de seus estatutos de 1889, indica que se destina a *acolher órfãos e meninos desvalidos, de ambos os sexos e sem distinção de nacionalidade*. Propõe-se, nesse mesmo artigo, a proporcionar:

§1. Educação moral e religiosa.

§2. Instrução relativa à inteligência de cada um e profissão a seguir.

§3. Aprendizagem de um ofício ou arte de sua escolha e vocação.

§4. Proteção e colocação convenientes, depois de terminada a aprendizagem e até a maioridade.

A educação moral e religiosa contribuiria para a formação do caráter, a instrução para a educação intelectual, a aprendizagem de um ofício ou arte para a inserção profissional. Os estatutos revelam a intenção de promover a higiene social, através da aquisição de bons hábitos e do preparo para o trabalho.

Embora houvesse a intenção em fornecer educação profissional para os meninos através da criação de um orfanato exclusivamente masculino, a ser construído em um terreno recebido em doação, a falta de dinheiro levou a adiar-se o propósito. A questão foi resolvida quando, em 1908, criou-se a Escolástica Rosa. A partir dessa data, os meninos, ao atingirem 11 ou 12 anos, eram transferidos para esse internato, onde, além da instrução, recebiam aulas práticas preparatórias para os ofícios de marcenaria, alfaiataria, carpintaria, sapataria, trabalhos gráficos. Também tinham aulas de história natural, doutrina cristã, educação física e regras de boa educação (PEREIRA, 1996, p. 92).

Todas as meninas receberiam a instrução primária e, algumas, a complementar. Foi verificado que isso aconteceu, pelo menos, até a retirada delas por familiar ou por tutor. Elas aprendiam também, de modo informal, a executar as tarefas domésticas e a bordar. Algumas aprenderam a executar serviços de enfermagem e outras se tornaram professoras.

Publicações mensais, feitas nos jornais locais e nos da capital, apontavam o nome daquelas pessoas ou firmas comerciais que haviam contribuído para o Asilo de Órfãos, por meio de mensalidades ou doações de gêneros, dando visibilidade aos doadores. Eventos foram promovidos para angariar fundos, com a divulgação dos organizadores.

Foram angariados donativos recolhidos nas cidades de Itanhaém, São José do Rio Pardo, Rio Claro, São Carlos do Pinhal e Cuiabá. Pessoas de prestígio, como Veridiana de Almeida Prado,

também contribuíram. A Associação Beneficente Protetora da Colônia Portuguesa, do Rio de Janeiro, também enviou contribuição.

Antes mesmo de ser decidida a instalação da Associação Protetora da Infância Desvalida, no dia 14 de abril, houve a inauguração do ramal da Barra da Empresa de Bondes da Vila Matias. Foram distribuídos convites a pessoas de destaque na cidade. A cerimônia consistiu em uma viagem até o novo terminal, com figuras ilustres dirigindo os bondes e um deles levando as crianças do asilo provisório. As pessoas que compareceram contribuíram segundo o que decidiram e o dinheiro foi todo destinado ao asilo.

A criação de uma instituição na qual as crianças desvalidas podiam ser educadas também atendia as ideias defendidas pelos republicanos. Um dos ideais do movimento republicano era a educação do povo. A cidade de Santos possuía entre os patrocinadores da causa pessoas filiadas ao partido. Muitos dos sócios e diretores da Associação Protetora da Infância Desvalida pertenciam o Partido Republicano.

O asilo foi criado em momento de transição de regime político. Os homens públicos da cidade tinham pouca autonomia para adotar soluções cabíveis para os problemas sociais. A cidade atravessava muitas dificuldades financeiras. Os magistrados não dispunham de uma política de atendimento à infância. A criação de um lugar que visasse resolver os problemas sociais foi muito bem acolhida.

Muitas crianças estrangeiras estiveram internadas, principalmente nos primeiros anos de existência do asilo, época de grande imigração européia. Eram crianças nascidas em Portugal, Espanha, Áustria, Prússia, França e outros países. O falecimento de imigrantes criava para os representantes consulares o problema do que fazer com as crianças. O asilo proporcionou um lugar onde as crianças que aguardavam a liberação para a repatriação poderiam ser internadas provisoriamente. Se fosse necessária sua permanência no Brasil, o asilo as acolhia até que atingissem a maioridade ou fossem tuteladas. Ernest Bormann, cônsul da Prússia e depois da Alemanha, chegou a fazer parte da diretoria da associação, como vice-presidente, por quatro gestões.

Muitas mães que iam dar à luz na Santa Casa de Misericórdia ou eram internadas por estarem doentes acabavam falecendo. Esse hospital adotou a prática de encaminhar os órfãos para o asilo. Havia entre as duas instituições forte aliança. O hospital se disponibilizava a receber as crianças e irmãs enfermas e a fornecer gratuitamente a medicação necessária no asilo. Em contrapartida, este internava as crianças órfãs e cuidava temporariamente daquelas cujos progenitores estavam internados.

Em 1889, começou a ser construído um novo cais em substituição às pontes e trapiches existentes. Esse fato causou nova e grande transformação na cidade. As formas costumeiras de trabalho foram se alterando. A iniciativa particular foi perdendo espaço, tanto no transporte quanto no embarque de mercadorias, responsáveis pela subsistência de carroceiros, barqueiros e outras categorias. A ordem capitalista levou ao desemprego e à pobreza muitas famílias, que começaram a buscar a internação de seus filhos, pois não tinham como mantê-los.

A diretoria da Associação Protetora, face ao aumento da procura, instituiu o que Kuhlmann Jr. (1998, p. 60) chamou de *assistência científica*, uma forma de concepção assistencial que se sustentava *na fé no progresso e na ciência*, característica do final do século XIX e começo do XX.

O primeiro aspecto da *assistência científica* é que o conjunto das medidas preconizadas se apresentava não como direito do trabalhador, mas como mérito dos que se mostrassem mais subservientes, segmentando a pobreza, procurando dificultar seu acesso aos bens sociais. A sua função, de acordo com essa visão preconceituosa, seria disciplinar os pobres e os trabalhadores.[...] O segundo aspecto [...] refere-se ao papel do Estado e das organizações da sociedade civil. As polêmicas entre os defensores dos organismos estatais de assistência e os adeptos do liberalismo e da beneficência privada harmonizaram-se no estabelecimento de um ponto equidistante entre as duas posições. Ataulfo de Paiva [...] considerava a intervenção do Estado e a liberdade da caridade como *dois princípios intangíveis*, que necessitariam ser conciliados. [...] A terceira característica [...] é a sua alusão a um *método científico* que estaria permitindo a sistematização das ações e legitimando todas aquelas que adotassem referências aos conhecimentos científicos, em uma interpretação naturalizada e cristalizada das relações e estruturas sociais. O *método* previa um inquérito minucioso, para indicar se o pedido era feito por indigentes *válidos*, e a prestação de auxílios *eficazes*, para promover a *melhoria da raça* e o controle social, na direção predeterminada do *progresso* e da *civilização*.⁸ (KUHLMANN JR, M., 1998, p. 64-67)

A comissão de sindicância, responsável pela triagem das famílias mais necessitadas, visitava a família procurando verificar se estas realmente demandavam auxílio. Caso afirmativo, a decisão era levada à reunião de diretoria e era recomendada a internação, respeitada a disponibilidade de vagas. Apenas naqueles casos em que a situação era insustentável, a internação era feita imediatamente, sem esperar pelo consenso da diretoria.

Para essas famílias pobres, além de resolver a questão mais imediata de sustento da criança ou das crianças, a educação dada possibilitava que, quando saíssem, estivessem preparadas para contribuir com o sustento da família, pois estariam instruídas e preparadas profissionalmente.

A maioria dos pedidos de internação partia de mulheres. A maciça presença de uma população masculina e a vinda de marinheiros estrangeiros contribuiu para o aumento no número de

⁸ Grifos do autor.

crianças “sem pai”. Muitas mães que eram abandonadas pelos maridos e outras cujos maridos trabalhavam no porto e adoeciam se viam sem condições de conciliar o trabalho, necessário para seu sustento e o da prole, com o cuidado com os filhos. Essas mulheres recorreram à internação e, muitas delas, quando conseguiram estabilidade financeira, retornaram para buscar os filhos.

Figura 2 - Irmãs da Congregação do Puríssimo Coração de Maria e os internos



Fonte: Acervo da Congregação do Puríssimo Coração de Maria, s/d.

Lutando com a falta de espaço para os internos, apesar da ampliação das instalações para prédios vizinhos, e competindo com as mercadorias a serem exportadas, pois o palacete ficava junto ao cais, a Associação Protetora da Infância Desvalida construiu, no bairro do Macuco, um novo edifício para abrigar o Asilo de Órfãos, e para lá transferiu as crianças em 1898. Esse prédio, pela sua suntuosidade, deu maior projeção à obra e àqueles que a ela se dedicavam. O prédio foi inicialmente projetado para 150 crianças, mas, com a construção de novas dependências, chegou a abrigar 350 crianças.

Figura 3 - Foto antiga do prédio



Fonte: Acervo da Congregação do Puríssimo Coração de Maria, s/d.

Embora a iniciativa na criação do Asilo de Órfãos tenha partido da burguesia ligada ao café e de pessoas ilustradas da cidade de Santos, gradualmente passou a ser valorizado pela população mais pobre, que via nele uma forma de resolver seus problemas de sobrevivência.

O asilo continuou a atender às necessidades de internação de crianças da cidade, rotineiramente e em momentos de crise. Em 1918, recebeu as crianças que ficaram órfãs em decorrência da gripe espanhola e, em 1932, aquelas cujos pais foram vitimados na Revolução Constitucionalista. Essa instituição chama-se atualmente Casa da Criança de Santos e ainda recebe menores considerados em situação de risco.⁹

Fontes primárias

ASSOCIAÇÃO PROTETORA DA INFÂNCIA DESVALIDA. *Folheto de convocação para a primeira reunião com vistas à efetivação do Asilo de Órfãos.* (colado no primeiro Livro de Atas)

_____. *Folheto com a chamada para a cerimônia de instalação oficial da Associação Protetora da Infância Desvalida.* (colado no primeiro Livro de Atas)

_____. *Folheto com o Relatório do Presidente referente à fase anterior à criação da Associação Protetora da Infância Desvalida.* (colado no primeiro Livro de Atas)

⁹ Crianças cujos pais são usuários de drogas, crianças sob risco de estupro e crianças vítimas de violência doméstica, encaminhadas pelo Juizado de Menores.

_____. *Livro de Atas: 21/04/1889 a 10/05/1889.*

_____. *Livro de Atas: 13/05/1889 a 15/10/1892.*

_____. *Primeiro Livro de Matrículas: 01/09/1889 a 18/04/1909.*

CÂMARA DE SANTOS. Ofícios recebidos. Fundo Câmara. Fundação Arquivo e Memória de Santos.

_____. *Código de Posturas, 1870.* Fundação Arquivo e Memória de Santos.

CARVALHO, Vicente. *A Província de São Paulo*, São Paulo, 8 abr. 1889. Arquivo do Estado de São Paulo, SP. Fonte microfilmada.

CARIDADE PÚBLICA, *A Província de São Paulo*, São Paulo, 27 jul. 1889. Arquivo do Estado de São Paulo, SP. Fonte microfilmada.

RIBEIRO, Julio. *A carne.* Disponível em www.dominiopublico.org.br. Acesso em 5 de maio de 2009.

Referências bibliográficas

ANDRADE, Wilma Therezinha. Fernandes. *O discurso do progresso: a evolução urbana de Santos (1970-1930).* Tese (Doutorado em História). Universidade de São Paulo, São Paulo, 1989.

BAZILIO, Luiz Cavalieri. Infância “rude” no Brasil: alguns elementos da história e da política. In: **GONDRA, José Gonçalves.** *História, infância e escolarização.* Rio de Janeiro: 7 Letras, 2002.

CHARTIER, Roger. O mundo como representação. *Estudos Avançados*, n.5, v.11, jan./abr. 1991, pp. 173-191.

COSTA E SILVA SOBRINHO, José da. *Santos noutros tempos.* São Paulo: Revista dos Tribunais, 1953.

GEERTZ, C. Uma descrição densa: por uma teoria interpretativa da cultura. In: **GEERTZ, C. .** *Interpretação das culturas.* Rio de Janeiro: LTC, 1989.

GITAHY, Maria Lucia Caira. *Ventos do mar: trabalhadores do porto, movimento operário e cultura urbana em Santos, 1889-1914.* São Paulo: Editora da UNESP, 1992.

KUHLMANN JR., Moysés. *Infância e Educação Infantil: uma abordagem histórica.* Porto Alegre: Mediação, 1998.

_____. Educando a infância brasileira. In: **LOPES, Eliane Marta Teixeira; FARIA FILHO, Luciano Mendes; VEIGA, Cynthia Greive.** *500 anos de educação no Brasil.* Belo Horizonte: Autêntica, 2007.

LANNA, Ana Lucia Duarte. *Uma cidade na transição - Santos: 1870-1913.* Santos: HUCITEC, 1996.

LOPES, Betralda. *O porto de Santos e a febre amarela.* Dissertação (Mestrado em História). Universidade de São Paulo, São Paulo, 1974.

MATOS, Maria Izilda Santos de. Santos, o porto do café: cidade, cotidiano e trabalho. *Estudos Ibero-Americanos*, PUCRS, v. xxx, n.2, pp.9-26, dez. 2004.

MATOS, Odilon Nogueira de. *Café e ferrovias.* São Paulo: Alfa - Omega, 1974.

- MORAES**, Carmen Sylvia Vidigal. *O ideário republicano e a educação*. Campinas: Mercado de Letras, 2006.
- NEGRÃO**, Ana Maria Melo. *Infância, educação e direitos sociais: Asilo de Órfãs (1870-1960)*. Campinas: UNICAMP/CMU, 2004.
- PEREIRA**, Maria Aparecida. *Santos nos caminhos da educação popular*. São Paulo: Loyola, 1996.
- SOARES**, Carmen Lucia. *Educação física: raízes européias e Brasil*. Campinas, SP: Autores Associados, 1994.
- THOMPSON**, Edward Palmer. *Costumes em comum: estudos sobre a cultura popular tradicional*. São Paulo: Companhia das Letras, 2008.
- VEIGA**, Cynthia Greive. Educação estética do povo. In: **LOPES**, Eliane Marta Teixeira; **FARIA FILHO**, Luciano Mendes; **VEIGA**, Cynthia Greive. *500 anos de educação no Brasil*. Belo Horizonte: Autêntica, 2007.
- VIEIRA**, Marina Tucunduva Bittencourt Porto. *Asilo de Órfãos de Santos: assistência à infância desvalida (1889-1914)*. Dissertação (Mestrado em Educação). Universidade Católica de Santos, Santos, 2006.